

# IDENTIDADES DOCENTES EM SOCIOLOGIA

## FRENTE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

VINÍCIUS CARVALHO LIMA\*, MARCELO CIGALES\*\*,  
SARA ESTHER DIAS ZARUCKI TABA\*\*\*

**Resumo:** O artigo utiliza como referencial teórico os conceitos de *habitus*, de Pierre Bourdieu, e socialização profissional, de Claude Dubar para compreender como a Reforma do Ensino Médio, implementada no Brasil em 2017, tem impactado a configuração das identidades docentes em Sociologia. De caráter quantitativo-descritivo, o estudo baseia-se na análise de um questionário respondido por 185 professores de todas as regiões do país no ano de 2022, e analisado por meio do software estatístico Stata (*statistical software for Data Science*). Consideramos que a Reforma do Ensino Médio influencia a construção das identidades profissionais ao alterar tanto as condições de trabalho quanto às expectativas profissionais, os resultados da pesquisa indicam 11 desafios relacionados à profissão docente em Sociologia, sendo a Reforma do Ensino Médio 144 (77,8%) e os discursos conservadores contra temáticas relacionadas ao ensino da disciplina 132 (71,40%) os mais recorrentes na visão dos professores. **Palavras-chaves:** Reforma do ensino médio; identidade docente; ensino de Sociologia; socialização profissional; desafios docentes.

### **Sociology teaching identities in the face of high school reform**

**Abstract:** The article uses Pierre Bourdieu's concepts of *habitus* and Claude Dubar's professional socialization as a theoretical framework to understand how the High School Reform, implemented in Brazil in 2017, has impacted the configuration of teaching identities in Sociology. This quantitative-descriptive study is based on the analysis of a questionnaire answered by 185 teachers from all regions of the country in 2022, and analyzed using Stata (statistical software for Data Science). We believe the High School Reform influences the construction of professional identities by changing both working conditions and professional expectations. The results of the survey indicate 11 challenges related to the teaching profession in Sociology, with the High School Reform being 144 (77.8%) and conservative discourses against themes related to the teaching of the subject 132 (71.40%) the most recurrent in the teachers' view.

**Keywords:** Reform of secondary education, Teacher identity, Teaching of Sociology, Professional socialization.

\* Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: [viniciuscarvalho.cs@gmail.com](mailto:viniciuscarvalho.cs@gmail.com)

\*\* Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período no Centro de Pesquisa Manuais Escolares (MANES) da UNED/Madrid/Espanha. Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (2019) e Educação (2024) pela UFSC. E-mail: [marcelo.cigales@cp2.edu.br](mailto:marcelo.cigales@cp2.edu.br)

\*\*\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- PPCIS UERJ (2021). Mestre e graduada (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais - PUC-Rio. E-mail: sara.tabac@unifal-mg.edu.br.

## INTRODUÇÃO

Após a redemocratização do Brasil na década de 1980, diversos estados passaram a incluir a disciplina de Sociologia em seus currículos. O movimento político e acadêmico das décadas de 1990 e 2000 intensificou essa discussão, conseguindo levá-la ao Congresso Nacional em duas vezes, em 1997 e 2003, sendo que esta última logrou êxito tendo sido aprovada, o que tornou o ensino de Sociologia e Filosofia obrigatórios no Ensino Médio a partir da Lei 11.684 de 2008.

Nesse período, o diretor da educação básica da CAPES<sup>1</sup>, Dilvo Ilvo Ristoff, em entrevista<sup>2</sup> afirmou que estava preocupado com a falta de profissionais de Sociologia e Filosofia para atenderem a demanda criada com a obrigatoriedade das duas disciplinas no ensino médio. Ainda em 2008, a CAPES chamou a atenção para o fato de que havia 20.339 profissionais atuando como professores de Sociologia, mas que somente 12% desse número, no total de 2.499 eram licenciados em Ciências Sociais. Tendo em vista essa necessidade, ele finaliza a entrevista dizendo que o número de formando deveria aumentar em 20 vezes para atender à demanda.

Poucos anos depois, um estudo de Bodart e Sampaio-Silva (2019), analisando os dados do Censo Escolar de 2013 indicou que havia 55 mil professores lecionando a disciplina, mas cerca de 11,6% deles eram formados em Ciências Sociais. Ao analisarmos os dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dez anos depois, percebemos que esses dados se alteram gradativamente, chegando a 36,9% de professores formados na área lecionando a disciplina na educação básica em 2023 (Brasil, 2023).

Somado ao desafio da presença de outros profissionais lecionando a Sociologia na Educação Básica, outras pesquisas também apontam para diversos problemas infra-estruturais que tornam a carreira do magistério pouco atrativa para jovens que ingressam no ensino superior: baixos salários, presença de concursos temporários, acúmulo de turmas e horas de trabalho, falta de infraestrutura nas escolas, precária formação inicial e continuada, violência escolar e perseguição contra temáticas politizadas por grupos conservadores de direita, são alguns das questões que atravessam a discussão sobre a prática profissional e as identidades docentes em Sociologia (Handfas, 2009; Bodart, 2018; Bodart & Sampaio-Silva 2017; Oliveira, 2019; Tabac, 2020).

Após a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, a comunidade científica da área se fortaleceu, publicando diversos trabalhos científicos em diferentes formatos, organizando congressos e encontros para discutir temas como currículo, formação docente e práticas pedagógicas (Bodart, Cigales, 2017; Oliveira e Melchiorretto, 2020). Questões voltadas para: O que ensinar? Como ensinar? e Porquê ensinar Sociologia na escola?, foram tensionadas e postas em destaque pelos agentes científicos do campo do ensino de Sociologia no país (Oliveira, 2023). Um sentido crítico voltado para a cidadania e para a democracia ganhou força, junto a um sentido pedagógico de estranhamento e desnaturalização, impulsionado pelo clássico conceito de C.W Mills (1959) da "imaginação sociológica" como um sentido comum para o ensino da Sociologia na educação básica. Além disso, alguns trabalhos mais críticos tencionaram a formação de professores, a fraca autonomia das licenciaturas e escasso capital simbólico que o campo da formação de professores tem diante de uma vasta história que reforçava as estruturas das Ciências Sociais com foco em pesquisa na qual a escola e a educação passavam despercebidos (Cunha 1992; Costa e Silva, 2003).

Se atualmente podemos falar de um campo do ensino de Sociologia (Oliveira, 2023) com regras de legitimação, agentes nacionais, produção bibliográfica e com uma relação próxima com as políticas nacionais de formação de professores, então também podemos nos questionar: o que é ser professor(a) de Sociologia no Brasil? Como se constituem as identidades docentes nessa área? Quais os efeitos de mudanças curriculares como a Reforma do Ensino Médio implementada em 2017, para essa prática profissional? Refletir sobre a constituição do professor

e sua prática docente frente a uma disciplina como a Sociologia é uma questão fundamental para a constituição do campo e reflexões sobre formação de professores. Por isso, o artigo objetivou evidenciar a constituição das identidades profissionais docentes em Sociologia, investigando as práticas e desafios pedagógicos dos(as) professores no país, buscando questionar com isso, como a Reforma do Ensino Médio tem tensionado a profissão no país.

Teoricamente, a pesquisa mobiliza os conceitos de *campo e habitus* de Pierre Bourdieu (1996; 2007; 2009) para compreender a constituição de um espaço autônomo sobre o ensino de Sociologia no Brasil (2008-2023), e seus efeitos na aquisição de um senso prático voltado à pesquisa e a docência no ensino da Sociologia na educação brasileira. Também utilizamos da teoria das identidades profissionais proposta por Claude Dubar (1997) para compreender a relação entre origem e trajetórias sociais e educacionais com a constituição de suas identidades profissionais diante do ingresso no mercado de trabalho.

Com este artigo buscamos contribuir com dados empíricos sobre o ensino de Sociologia após a Reforma do Ensino Médio de 2017. A pesquisa coletou dados por meio de um questionário e realizou 52 entrevistas semi-estruturadas com professores da educação básica. Neste trabalho optamos por analisar 185 respostas de docentes que lecionavam Sociologia entre agosto e setembro de 2022. Nossa intenção é compreender os efeitos da Reforma do Ensino Médio na visão dos professores.

## NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Partimos de um referencial teórico de Jean Claude Dubar (1997) sobre a socialização e a constituição das identidades profissionais ao analisar os fatores que influenciam as trajetórias profissionais docentes em Sociologia, enfocando as motivações a partir do ingresso no ensino superior e escolha pelo curso de licenciatura, até seu processo de socialização profissional, que é quando os agentes se inserem no mercado de trabalho como professores de Sociologia. Dubar (1997) desenvolve dois eixos centrais para analisar as identidades profissionais, o primeiro sendo um eixo sincrônico, ligado a um contexto de ação e um espaço culturalmente marcado. No segundo eixo, o destaque está na trajetória subjetiva e na compreensão de uma história pessoal.

As “formas identitárias” para Dubar (1997) são construções de identificação sociais que atendem a uma dada esfera de atuação que envolvem aspectos objetivos e subjetivos que sejam assim reconhecidos socialmente. Para destacarmos também a relação possível com a perspectiva de Pierre Bourdieu (1996; 2009) sobre a noção de *campo e habitus* na constituição de tais identidades. Enquanto um espaço simbólico, o campo é capaz de refratar as imposições externas a ele, portanto, possui regras e leis próprias que orienta as hierarquias, tomadas de posição e localização dos agentes (indivíduos e instituições) no seu interior; já a noção de *habitus* funciona como uma estrutura estruturada, predisposta a funcionar como estrutura estruturante de práticas e representações sobre o funcionamento do mundo social.

Sobre os aspectos metodológicos da pesquisa é relevante ressaltar que a coleta de dados foi realizada por meio de questionário via *Google Forms*. A partir da obtenção dos dados do questionário, foi realizada uma análise quantitativa descritiva, por meio do software estatístico Stata (*statistical software for Data Science*), cujos resultados subsidiaram a elaboração de tabelas e gráficos no Microsoft Excel.

Além do termo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde se descreveu os objetivos da pesquisa, os riscos e benefícios, o caráter voluntário da pesquisa, bem como informações pertinentes aos membros da equipe e do Comitê de Ética em Pesquisa na área de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, onde o projeto foi aprovado sob o parecer número 5.567.661, o questionário foi dividido em quatro seções principais:

- a) dados pessoais e da origem social dos participantes, com oito questões sobre idade, identidade de gênero, local de nascimento, entre outros.
- b) dados escolares e acadêmicos, com nove perguntas focadas na escolaridade dos pais, origem educacional (pública ou privada) e acesso a políticas públicas educacionais.

- c) dados socioprofissionais dos respondentes, com 17 questões para compreender as trajetórias que levaram à docência em Sociologia e a percepção sobre a profissão.
- d) currículo e prática docente, que incluiu nove perguntas, das quais cinco eram descritivas, para discutir as transformações curriculares decorrentes da Reforma do Ensino Médio e seus impactos no ensino de Sociologia.

Ao todo o questionário contou com 49 questões, sendo 13 abertas e 36 fechadas, destas destacamos que três foram construídas com escala de tipo Likert (Dalmoro & Vieira, 2013).

## **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS IDENTIDADES DOCENTES EM SOCIOLOGIA**

A Reforma do Ensino Médio instituída sob Medida Provisória no governo pós-golpe de Michel Temer (2016-2018), interrompeu um ciclo de debates democráticos iniciado pela Constituição de 1988 e fortalecido pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Não são poucas as críticas sobre o Novo Ensino Médio, doravante NEM: a) falta de diálogo com a comunidade escolar na construção da política pública; b) defesa dos interesses de grupos privados na área educacional; c) baixa qualidade da formação ofertada; d) precarização da educação; e) educação voltada para a consolidação de subjetividades aderentes ao modelo neoliberal de gestão do estado (Ferretti, 2018; Motta & Frigotto, 2017; Corti, 2019).

Na prática a Reforma do Ensino Médio alterou o modelo disciplinar desse nível de ensino, que desde a LDB 1996 era composto por um único ciclo de 12 componentes curriculares, no qual as escolas deveriam ofertar tais disciplinas que orientavam-se por uma série de documentos produzidos a partir dos anos 1990, e que davam as diretrizes para um conjunto de práticas e conteúdos dentro de cada componente curricular. Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e outros documentos eram produzidos pelo estado para orientar: O que? Como? e, Porque? ensinar esse conjunto de conhecimentos.

No NEM essa definição disciplinar é alterada, hierarquizando posições, já que os componentes curriculares mais tradicionais como Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa, permaneceram obrigatórios para um ciclo comum denominado de Formação Geral Básica (FGB), sendo que numa segunda parte o estudante poderia escolher quais dos cinco Itinerários Formativos (IF), gostaria de seguir: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias e Formação Técnica e Profissional.

A implementação do NEM tem sido um caos político e pedagógico, pois as escolas não foram preparadas para ofertar todos os IF e tão pouco os professores(as) receberam formação de como trabalhar nesse novo modelo curricular. Além disso, a Reforma do NEM foi implementada durante a Pandemia de Covid-19 que obrigou a comunidade escolar a migrar para o Ensino Remoto Emergencial (Arruda, 2020), no qual foram improvisadas diversas formas de se continuar as aulas. No Distrito Federal, o estudo de Cigales et al (2020) demonstra que muitos estudantes confundiram o NEM com o Ensino Remoto Emergencial, demonstrando os desafios de se implementar uma reforma em meio a Pandemia de Covid-19.

Além dos professores de Sociologia lidarem com uma Reforma que retirou a obrigatoriedade da disciplina e de se adaptarem ao Ensino Remoto Emergencial, os docentes da disciplina também precisam estar atentos aos avanços de movimentos conservadores na educação, que criaram um "pânico moral" ao redor de determinados temas abordados pela disciplina como gênero, sexualidade, raça, política e desigualdades sociais (Bodart & Pires, 2023; Cigales & Fonseca, 2022).

Ao olharmos para os dados dos professores de Sociologia que responderam o questionário, podemos observar que eles fornecem um perfil diversificado em termos de faixa etária, gênero, raça, escolaridade dos pais, escolaridade da mãe, tipo de escola cursada no ensino médio e distribuição geográfica (UF de nascimento). A análise dessas informações revela tendências interessantes sobre as características demográficas e socioeconômicas dos professores de Sociologia no Brasil.

A maior parte dos participantes (59,46%) encontra-se na faixa dos 31 aos 45 anos, com destaque para as faixas de 36 a 40 anos (20,54%) e 31 a 35 anos (18,38%). Essa predominância de profissionais relativamente jovens, porém já com experiência significativa, indica que os respondentes da pesquisa estão melhor representados nessa faixa etária. Faixas etárias mais jovens (18 a 25 anos) e mais velhas (mais de 60 anos) são minoritárias, representando apenas 8,11% e 1,08%, respectivamente.

A distribuição por gênero revela uma maioria feminina (51,89%), seguida por homens cisgêneros (42,7%). A participação de pessoas não binárias é baixa (1,08%), e 4,32% preferiram não informar sua identidade de gênero. Essa predominância de mulheres reflete uma tendência no magistério, onde as mulheres costumam ser maioria, especialmente em áreas ligadas às ciências humanas. Esse dado se aproxima daquele evidenciado por Bodart e Sampaio Silva (2019, p. 45) ao observarem os dados do Censo Escolar de 2017. Conforme os autores "41,5% são do sexo masculino e 58,5% do sexo feminino. A maior diferença entre a composição por sexo está na região Sul, onde 62,7% são do sexo feminino e apenas 37,3% masculinos. Já o Sudeste apresenta a menor disparidade, sendo 52,4% feminino e 47,6% masculino".

No que diz respeito à autodeclaração de raça/cor, mais da metade dos professores (56,76%) se autodeclararam brancos, seguidos por 30,81% de pardos e 11,35% de pretos. Apenas 0,54% se autodeclararam amarelos, e 0,54% preferiram não informar. Se somarmos pretos e pardos, temos um percentual 42,16% de pessoas não brancas, o que se aproxima da composição racial da população brasileira, mas ainda reflete desigualdades estruturais no acesso à formação e no mercado de trabalho docente. Dados da PNAD de 2015 (IBGE, 2015), espelham um recorte dos dados da pesquisa, pois entre os professores da educação básica, a PNAD mostra que entre os homens brancos, 8,7% são professores, enquanto 26,2% possuem demais ocupações. Entre os homens autodeclarados negros, os dados mostram que 8,1% são professores e 32,5% tem demais ocupações. Entre as mulheres, o magistério é a profissão predominante, entre as brancas, 47,2% são professoras e 19,8% tem demais ocupações. Entre as autodeclaradas negras, 35,9% negras e 21,5% demais profissões.

A análise da escolaridade dos pais dos participantes sugere um contexto familiar de baixa escolarização, com mais de um terço dos pais (37,84%) possuindo ensino fundamental incompleto, e um percentual significativo (22,7%) com ensino médio completo. Apenas 4,32% dos pais têm pós-graduação, o que sugere que muitos dos professores participantes são os primeiros em suas famílias a ingressar no ensino superior, indicando que a licenciatura pode ter sido uma forma de ascensão social. A escolaridade das mães reflete padrões similares, com 30,81% tendo ensino fundamental incompleto e 21,62% ensino médio completo, embora um número ligeiramente maior de mães (7,57%) tenham pós-graduação.

A maior parte dos professores cursou o ensino médio em escolas públicas, com 98 tendo estudado em escolas estaduais/distritais. Apenas 41% cursaram escolas particulares sem bolsa, o que reforça o perfil socioeconômico dos participantes. Em termos geográficos, há uma concentração significativa de participantes do Rio de Janeiro (20,54%), Minas Gerais (11,35%), e Distrito Federal (10,27%), evidenciando uma maior presença de professores dessas regiões no estudo.

Esses dados indicam um panorama de diversidade regional e de experiências educacionais entre os professores de Sociologia no Brasil, mas também revelam desigualdades socioeconômicas e raciais que permeiam a profissão. Ainda que não tenhamos realizado um estudo por amostragem ou fiel a dados geográficos e profissionais, temos que considerar que este estudo abarcou respostas das cinco regiões do país, abrangendo professores que vivem em mais de 100 municípios brasileiros.

## **CONFIGURANDO TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS FRENTE A INCERTEZAS CURRICULARES**

A partir desse contexto, podemos observar que trata-se de um público bastante diverso em termos de gênero, cor e local de moradia, mas que compartilham em alguns aspectos, representações semelhantes sobre os principais desafios que a reforma do Ensino Médio trouxe para a profissão.

**Quadro 01:** Principais desafios do ensino de Sociologia, segundo os professores:

Variáveis	N	%
Implementação da Reforma do Ensino Médio	144	77,80%
Discursos conservadores contra temáticas relacionadas ao ensino da disciplina	132	71,40%
Baixos salários	124	67%
Ausência de concurso público para a área	107	57,80%
Falta de infraestrutura nas escolas públicas	107	57,80%
Pouco reconhecimento social	104	56,20%
Muito volume de trabalho	86	46,50%
Falta de interesse dos estudantes na educação	74	40%
Falta de formação pedagógica nos cursos de Licenciatura	60	32,40%
Escassez de recursos didáticos	60	32,40%
Falta de interesse dos estudantes pela disciplina de Sociologia	48	25,90%
Observações: Total de respondentes foi 185 e se trata de uma questão múltipla escolha, por isso não soma 100%		

**Fonte:** elaborado pelos autores (2024).

Os dados sobre os principais desafios para o ensino de Sociologia no Brasil apontam para um cenário complexo e multifacetado, evidenciando tanto questões estruturais quanto ideológicas. O maior desafio destacado pelos professores é a implementação da Reforma do Ensino Médio, mencionada por 144 (77,8%) dos participantes. Isso indica que as mudanças trazidas pela reforma, que alteraram a carga horária e a estrutura curricular da Sociologia, têm gerado dificuldades significativas para a inserção da disciplina no novo modelo educacional. Esse efeito é particularmente preocupante, já que reforça o lugar da disciplina como secundária no currículo da escola básica brasileira, aumentando a percepção docente sobre sua desvalorização após a reforma do Ensino Médio.

Outro desafio apontado por 132 (71,4%) dos professores é a crescente presença de discursos conservadores contra temas que estão presentes nas aulas da disciplina, como questões de gênero, raça e desigualdade social. Esse dado revela um embate ideológico no cotidiano escolar, onde a Sociologia, com sua potencialidade crítica, se torna alvo de resistências. A pressão para limitar ou censurar determinados conteúdos, frequentemente vinculada ao avanço de ideologias conservadoras, representa uma ameaça à autonomia docente e ao pluralismo de ideias, fundamentais para o ensino de ciências humanas.

Em debate recente, Oliveira e Santisteban (2024) revelam uma tensão central nas disputas educacionais contemporâneas, especialmente no Brasil. Movimentos autoritários, como o "Escola Sem Partido"<sup>3</sup>, mobilizam-se para controlar o conteúdo ensinado nas escolas, caracterizando certos temas — como gênero, sexualidade e racismo — como ameaças ideológicas, utilizando conceitos como "marxismo cultural" ou "globalismo" que muitas vezes carecem de uma definição clara, funcionando como "significantes vazios".

Essa estratégia se baseia na construção de uma narrativa que associa a escola a um campo de doutrinação, o que alimenta a desconfiança em torno de professores e currículos, gerando

propostas de leis que visam evitar a suposta "doutrinação ideológica". Contudo, a tentativa de silenciar esses temas controversos ignora a relevância pedagógica apontada por pesquisas no campo da didática das ciências sociais (Santisteban, 2019; Ross, 2019). Estas pesquisas indicam que o debate sobre gênero, sexualidade e racismo em sala de aula é não apenas relevante, mas essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados (Oliveira e Santisteban, 2024).

Ao contrário da doutrinação, essas discussões oferecem um espaço pedagógico para o desenvolvimento de uma visão mais crítica da sociedade, permitindo que os estudantes compreendam e reflitam sobre as diversas questões sociais que os cercam. Assim, a tentativa de controlar os currículos por meio de legislações autoritárias acaba por ameaçar a pluralidade de ideias e a autonomia docente, fundamentais para uma educação democrática (Cigales, 2022).

Problemas econômicos também aparecem com destaque: baixos salários 124 (67%) e a ausência de concursos públicos específicos para a área 107 (57,8%) são desafios significativos. Esses fatores evidenciam a precarização do trabalho docente, que afeta diretamente a qualidade de vida dos professores e sua dedicação à profissão. A falta de infraestrutura nas escolas públicas, também mencionada por 107 (57,8%), agrava essa precariedade, limitando o acesso a recursos básicos que poderiam facilitar o ensino da Sociologia, como bibliotecas, internet e materiais didáticos.

Além disso, a falta de reconhecimento social da profissão, citada por 104 (56,2%) dos docentes, reflete a desvalorização da Sociologia e do magistério no contexto brasileiro. Essa desvalorização impacta tanto a autoestima dos professores quanto a percepção dos estudantes sobre a importância da disciplina. Aliado a isso, o elevado volume de trabalho 86 (46,5%) e o desinteresse dos estudantes na educação 74 (40%) destacam a sobrecarga e os desafios cotidianos enfrentados pelos professores no ambiente escolar.

Finalmente, a falta de formação pedagógica adequada nos cursos de Licenciatura 60 (32,4%) e a escassez de recursos didáticos 60 (32,4%) apontam para deficiências na formação inicial e contínua dos docentes, o que dificulta o enfrentamento dos desafios mencionados. Esses dados revelam que o ensino de Sociologia no Brasil enfrenta problemas sistêmicos que vão além do espaço da sala de aula, demandando políticas públicas mais eficazes que valorizem o papel da disciplina e ofereçam melhores condições de trabalho para os professores.

Se levarmos em conta que as identidades profissionais são constituídas a partir de uma certa cumplicidade ontológica entre agência e estrutura que colocam no horizonte dos agentes perspectivas e possibilidades de seguir uma carreira na área do ensino de Sociologia, então temos que nos perguntar até que ponto podemos falar de uma profissão com uma identidade bem constituída, ou o que estamos observando são momentos de maior e de menor profissionalização da área. Acreditamos que, pelo menos nos últimos 15 anos, tivemos uma onda de maior profissionalização, tanto pela aprovação da obrigatoriedade do ensino de Sociologia em 2008, quanto pelo fortalecimento do campo de pesquisa do ensino de Sociologia (Oliveira, 2023).

No entanto, ainda que reconheçamos as particularidades dessas trajetórias profissionais, pois estamos trabalhando com um corpo de professores bastante amplo, e multifacetado, não apenas pelas características de gênero, raça, idade, local de moradia e local de atuação, mas também em termos de estabilidade profissional e inserção laboral, buscamos construir um olhar sociológico sobre as diversas possibilidades de constituição dessas trajetórias nos propondo observar as regularidades, tentando dar conta do que nos parece mais perceptível no olhar docente sobre os desafios contemporâneos da profissão.

Nos parece que este estudo vai ao encontro da pesquisa desenvolvida por Oliveira, Binsfeld e Trindade (2018) que ao entrevistarem seis professores da rede pública de Santa Catarina, identificaram que há uma percepção coletiva sobre os desafios que a Reforma do Ensino Médio traz para o trabalho docente. O estudo indica que, "a avaliação que os docentes realizam desta Reforma é elaborada com base na multiplicidade de experiências que eles vivenciaram. Ainda que postos sob condições sociais semelhantes, o principal elemento diferenciador neste grupo aqui analisado é a geração a qual pertencem" (Oliveira, Binsfeld e Trindade, 2018, p. 256). Em síntese, apesar de reconhecermos as particularidades do grupo, e também das diferentes trajetórias sociais e profissionais, a Reforma do Ensino Médio é um desafio pensado



docência em Sociologia. Assim, podemos caracterizar as respostas negativas em três frentes: a) precarização e cansaço: daqueles que salientaram à precarização da carreira, baixa remuneração, carga horária exaustiva, e o desgaste emocional aparecem como razões principais para não continuar. b) mudança de carreira: daqueles que possuem o desejo de migrar para outras áreas, como antropologia, coordenação pedagógica, ou até mesmo áreas fora da educação. c) novo ensino médio: que reafirmar a Reforma como um fator de desmotivação, com preocupações sobre a redução do espaço da Sociologia no currículo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma do Ensino Médio emerge como uma preocupação coletiva entre os professores de Sociologia no Brasil. Entre as 185 respostas obtidas nesta pesquisa, 144 (77,8%) indicaram essa reforma como a principal entre 11 dificuldades elencadas. Embora diversos desafios tenham sido apontados, é relevante destacar que a maioria dos respondentes, 125 (67,66%), expressaram a intenção de continuar lecionando a disciplina na Educação Básica. Esses dados permitem algumas análises iniciais, que não visam esgotar o debate, mas contribuir para futuras pesquisas. Essas investigações podem aprofundar a compreensão sobre como as mudanças curriculares impactam a prática docente em Sociologia no país, promovendo discussões mais complexas e detalhadas sobre o tema.

Compreendemos que a escolha profissional envolve uma complexa relação entre agência e estrutura. As condições objetivas da profissão docente, como a organização dos sistemas de ensino — incluindo currículo, espaço de aula, comunidade escolar, e o prestígio da disciplina — bem como os contextos políticos, acadêmicos e científicos, onde são negociadas políticas públicas, investimentos, programas de formação docente, e a regulamentação e financiamento de livros didáticos, desempenham um papel crucial. Assim como os grupos conservadores, as reformas de ensino, e o cenário de precarização do trabalho docente no país, também influenciam esse processo, que são relevantes para refletirmos sobre as possibilidades de agenciamento e desafios da carreira docente no Brasil.

Se as estruturas influenciam as possibilidades de escolha, o agenciamento abre espaço para refletirmos sobre as decisões, mais ou menos reflexivas, que os agentes tomam diante dos desafios apresentados. Isso inclui a busca por estabilidade ou progressão na carreira docente, seja no magistério básico ou superior, o desejo de continuar se aprimorando por meio de cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado, e a reflexão sobre as estratégias didáticas, considerando que muitos professores atuam também em outras disciplinas. Esses elementos interagem de forma dinâmica, orientando as escolhas e as trajetórias profissionais dos docentes.

É importante considerar que a agência docente na área de Sociologia reflete os horizontes de possibilidade dentro desse contexto social. Para isso, devemos levar em conta o perfil do público respondente, que é predominantemente composto por mulheres (51,89%) na faixa etária de 31 a 45 anos (59,46%), com uma origem familiar caracterizada por baixa escolarização — 37,84% possuem ensino fundamental incompleto e 22,7% têm ensino médio completo. Essa realidade sugere que as resistências enfrentadas diante dos desafios docentes estão interligadas às estruturas de classe, gênero, raça e idade, influenciando tanto a construção das identidades profissionais quanto às estratégias de redefinição de uma carreira no magistério. Essa conexão entre as experiências individuais e as condições sociais mais amplas é crucial para uma compreensão mais profunda do cenário que constitui a formação das identidades profissionais.

Para construir uma identidade docente em Sociologia é essencial levar em conta o vasto conjunto de decisões e estratégias que moldam as perspectivas dos professores sobre suas possibilidades de atuação. Esse processo é influenciado por movimentos mais amplos, entre os quais, na última década, a Reforma do Ensino Médio tem se destacado como uma das principais preocupações. Essa reforma tem tensionado as trajetórias profissionais e colocado em pauta as mudanças e continuidades que envolvem o ser professor(a) de Sociologia no Brasil. Diante disso, trabalhos futuros buscarão aprofundar esses desafios por meio da análise de 52 entrevistas semi-estruturadas com docentes que responderam ao questionário, visando explorar como essas pressões tensionam qualitativamente a profissão no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.
- BARBOSA, Inaê; OLIVEIRA, Amurabi. O “combate à ‘ideologia de gênero’” e o impacto sobre o ensino de ciências humanas sociais. *Acta Scientiarum. Education*, 46(1), e68066.
- BODART, Cristiano. Prática de ensino de Sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, p. 455-491, 2018.
- BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 48, n. 2, p. 256-281, 2017.
- BODART, Cristiano; SILVA, Roniel Sampaio. Um Raio-X do professor de Sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia*, v. 2, p. 197-233, 2017.
- BODART, Cristiano das Neves; LIMA, Wenderson Luan dos Santos. O ensino de Sociologia no Brasil. v. 1, p. 35-61, 2019.
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA-SAMPAIO, Roniel. Quem leciona Sociologia após 10 anos de presença no Ensino Médio brasileiro. In: BODART, Cristiano das Neves; LIMA, Wenderson Luan dos Santos (Orgs.). O ensino de Sociologia no Brasil. v. 1, p. 35-61, 2019.
- BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. O ensino de Sociologia no contexto de ascensão da extrema direita no Brasil. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 17, n. 2, p. 1-37, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRASIL. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2023.
- BRITO, Geovanna Gabrielle Pereira; CIGALES, Marcelo. Identidades docentes em Sociologia: elementos para uma leitura sociológica. Relatório do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade de Brasília. 2024. (mimeo).
- CIGALES, M. P.; ASSIS, D. P. de; FIGUEREDO, L. S. de; QUEVEDO, G. H. C. Reforma do Ensino Médio e educação remota: o que pensam os estudantes do Distrito Federal? *Novos Rumos Sociológicos*, v. 8, n. 14, p. 65-89, 2020.
- CIGALES, Marcelo; FONSECA, Luca. Habitus docente em Sociologia: elementos pertinentes da leitura sociológica. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 58, n. 2, p. 97-109, 2022.
- CIGALES, M. O ensino de sociologia e a escola democrática: desafios e possibilidades. *Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 17, n. 2, p. 73-85, 2022.
- COSTA, Marcio & SILVA, Graziela Moraes Dias. (2003), “Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14”. *Revista Brasileira de Educação*, 22: 1-120.
- CORTI, Ana Paula. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do Ensino Médio de 2017. *Educação em Revista*, v. 35, p. e201060, 2019.
- CUNHA, Luiz Antônio. (1992), “A educação na sociologia: um objeto rejeitado?”. *Cadernos Ce-des*, 27: 9-22.
- DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. 3, p. 161-174, 2013.
- DUBAR, Jean Claude. *Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ENGERROFF, Ana; CIGALES, Marcelo. A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais. *Revista Urutágua*, v. 35, p. 80-101, 2017.
- FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 25-42, 2018.

- HANDEFAS, Anita. A formação do professor de sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos. In: A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2009.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. 1. ed. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2011.
- MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 355-372, 2017.
- OLIVEIRA, Amurabi. Trajetórias e práticas pedagógicas entre professores de sociologia. *Revista Diálogo Educacional*, v. 19, p. 308-327, 2019.
- OLIVEIRA, Amurabi; MELCHIORETTO, Beatriz. O ensino de Sociologia como tema de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 91, p. 1-26, 2020.
- OLIVEIRA, Amurabi; BINSFELD, Willian; TRINDADE, Tayná. A Reforma do Ensino Médio e suas consequências: o que pensam os professores de Sociologia?. *Revista Espaço do Currículo, [S. l.]*, v. 2, n. 11, p. 249-259, 2018.
- OLIVEIRA, A.; FERNANDEZ, A. S. A ascensão dos populismos e a crise democrática: desafios para o ensino das ciências humanas e sociais hoje. *Acta Educ.*, Maringá, v. 46, n. 1, e70525, 2024.
- RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia Elizabete; MOCELIN, Daniel Gustavo; PEREIRA, Thiago Ingrassia. O Ensino da Disciplina de Sociologia no Brasil: diagnóstico e desafios para a formação de professores. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 16, p. 15-26, 2017.
- ROSS, E. W. Humanizing critical pedagogy: What kind of teachers? What kind of citizenship? What kind of future? *Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, v. 41, n. 5, p. 371-389, 2019.
- SANTISTEBAN, A. La enseñanza de las Ciencias Sociales a partir de problemas sociales o temas controvertidos: estado de la cuestión y resultados de una investigación. *El Futuro del Pasado*, v. 10, p. 57-79, 2019.
- TABAC, Sara Esther Zarucki Dias Zarucki. Quem quer ser professor de Sociologia? Acesso, perfil e um breve balanço dos estudantes na licenciatura de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ. *Revista Café com Sociologia*, v. 9, n. 1, p. 57-63, 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- 
- <sup>1</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros.
- <sup>2</sup> Entrevista disponível no site do jornal da internet. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/07/426739-faltam-professores-de-filosofia-e-sociologia-diz-diretor-da-capes.shtml>
- <sup>3</sup> O Escola Sem Partido foi criado em 2004 com foco no combate à "doutrinação ideológica comunista" na escola brasileira, e se tornou um dos principais empreendedores morais no combate a chamada "ideologia de gênero". Ver mais em Barbosa e Oliveira (2024).